

Em fins de Janeiro deste ano, Michael Spicer, Director do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais afirmava não existir na RAS «consenso» acerca da atitude a tomar em relação aos bandidos armados.

Falando num colóquio em Joanesburgo, ele dizia existirem quatro atitudes possíveis, a serem observadas pelo Governo sul-africano em relação aos bandidos:

- apoiar a sua liquidação;
- não intervir mais;
- procurar uma conciliação;
- apoiar clandestinamente os bandidos para forçar o Governo moçambicano a fazer concessões políticas.

Spicer dizia que estas quatro atitudes têm expressão real na África do Sul e que conviviam simultaneamente.

Diferentes círculos sul-africanos defendiam posições também diferentes sobre o cumprimento do Acordo.

Os círculos belicistas negavam que se abandonasse o seu destacamento de intervenção no interior de Moçambique.

Círculos financeiros consideravam que o cumprimento do Acordo era uma condição indispensável para que a credibilidade Internacional da África do Sul melhorasse.

Sectores dominantes da África do Sul trouxeram para o assunto do Acordo as divergências que os separam em relação a outros assuntos da política sul-africana.

Contudo, a República Popular de Moçambique não assinou o Acordo de Nkomati com «círculos» sul-africanos. Assinou com o Governo da RAS.

Não é legítimo que esse mesmo Governo invoque dificuldades de controlo de sectores que estão sob a sua alçada e responsabilidade.

Ordenar inquéritos para investigar e atribuir responsabilidades não é solução suficiente.

Um Estado zeloso em cumprir os seus compromissos de honra organiza, antes de assinar Acordos, as condições que lhe permitam ter a certeza de cumprir.

Certifica-se antes, não depois. Age energeticamente para rejeitar qualquer mal-entendido, não espera que a situação imponha recursos defensivos e pouco convenientes.

A África do Sul teria, no cumprimento do Acordo de Nkomati, uma oportunidade de se apresentar com outra imagem perante a comunidade internacional.

Não cumprindo, os acordos, ela está mais isolada, e a constrói e consolida o seu próprio cerco. As divergências internas, que são apresentadas como obstáculos internos à aplicação integral de Nkomati, apenas dizem respeito à África do Sul.

Não podem ser usadas como argumento, sobretudo se a não aplicação do seu engajamento significa o terror e a morte, significa a manutenção da guerra e do banditismo na região.

Os aviões, barcos e helicópteros, que continuamente trazem material de guerra para o território moçambicano, não são o resultado de uma simples distração.

São a continuação de uma política belicista deliberadamente traçada contra o nosso País. São a negação sistemática da vontade de Paz que originou Nkomati.

A República Popular de Moçambique continua a esperar da que se a levantada contra si uma simples suspeita de falta de cumprimento do Acordo. Não temos telhados de vidro, não possuímos razões ocultas.

A procura da Paz não é, para nós, um expediente de que fazamos uso quando necessitamos. A Paz é a nossa maneira de estar no Mundo. Não agredir, os outros não implica para nós nenhum esforço de controlo.

Assinámos e cumprimos Nkomati por razões estratégicas, profundas. A comunidade internacional felicitou-nos, compreendendo o alcance e o significado da nossa posição ao aceitar Nkomati.

P. W. Botha disse, ao assinar Nkomati: «Optamos pela via da Paz».

Dezesseis meses depois, os factos não têm comprovado as declarações de intenção.

E são os factos, e não as intenções, que fazem a guerra, que semelam a morte e o terror. São os factos e não as palavras que atestam a responsabilidade e a credibilidade de um Governo.